

Negociação da Cassi avança com proposta de aporte de R\$ 2,288 bilhões

A 11ª rodada de negociações sobre o custeio da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi), realizada nesta quinta-feira (29), em Brasília, registrou avanços importantes na busca por uma solução para a recomposição das reservas da entidade.



Após sucessivas rodadas de negociação, o Banco do Brasil apresentou uma proposta de aporte extraordinário de R\$ 2,288 bilhões, comprometendo-se a assumir 60% desse montante, o equivalente a aproximadamente R\$ 1,373 bilhão. Os 40% restantes, correspondentes a R\$ 915 milhões, seriam de responsabilidade dos titulares do Plano de Associados.

A proposta representa um passo importante para enfrentar as necessidades financeiras da Cassi e criar condições para a continuidade das discussões sobre um novo modelo de custeio, capaz de assegurar sua sustentabilidade no longo prazo.

Para Fernanda Lopes, coordenadora da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil, o avanço é resultado da mobilização e da atuação das entidades representativas na mesa de negociação. “Conseguimos avançar em um ponto fundamental, que é a participação do Banco do Brasil na recomposição das reservas da Cassi. A proposta de o banco assumir 60% do aporte representa um compromisso importante, mas também é resultado da pressão e da atuação das entidades, que estão defendendo os interesses dos associados e a preservação da nossa Caixa de Assistência”, destaca.

A proposta inicial do Banco previa que a parcela de responsabilidade dos associados fosse distribuída em 13 meses, a partir de dezembro de 2026. Nesse formato, a contribuição extraordinária representaria um acréscimo equivalente a 50% do valor atualmente pago por cada titular.

Preocupadas com o impacto dessa cobrança sobre o orçamento das famílias, as entidades representativas do funcionalismo defenderam a ampliação do prazo de pagamento para 18 meses.

Após a suspensão temporária da reunião para avaliação da reivindicação, o Banco concordou com a proposta apresentada pelas entidades.

Com a alteração, o acréscimo mensal passa de 50% para 32% da contribuição atual, reduzindo o impacto imediato sobre o orçamento dos associados. “Essa redução é muito importante para os funcionários da ativa, aposentados e pensionistas. Sabemos que qualquer contribuição adicional pesa no orçamento das famílias. Por isso, defendemos desde o início que o pagamento fosse distribuído em um prazo maior. A ampliação para 18 meses diminui o impacto mensal e demonstra a importância de uma negociação firme e comprometida com os associados”, afirma Fernanda.

O diretor do sindicato e funcionário do Banco do Brasil, Marcos Alvarenga, participou das negociações representando nosso sindicato.

Leia a matéria completa em nossa página